

Eixo temático: Linha 04 - Políticas Educacionais, Gestão de Sistemas e Organizações, Trabalho e Movimentos Sociais

Categoria pesquisa concluída ou com resultados parciais: O presente trabalho encontra-se em andamento e faz parte de um recorte de uma Tese de Doutorado em Educação do PPGE/UNESP/MARÍLIA intitulada “Ações em Redes de Políticas Públicas no IFPR Campus Jacarezinho: Educação Integral e Formação Humana no Ensino Técnico Integrado”.

Redes de políticas públicas: sistematizando alguns conceitos

COSTA, Danusa Freire

Instituto Federal do Paraná (IFPR), Universidade Estadual Paulista (UNESP)

danusa.costa@unesp.br

PARENTE, Cláudia da Mota Darós

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

claudia.daros@uensp.br

Resumo:

O presente estudo tem como objetivo sistematizar conceitos e referenciais analíticos sobre redes de políticas públicas e ilustrar como estes pontos de vista podem auxiliar na compreensão das relações entre o Estado os mais diversos atores na materialização das políticas públicas. Partindo do conceito de que as redes de políticas públicas estão articuladas à interação de atores em torno de objetivos e/ou projetos em comum, compreender este processo pode ser tanto um modo de fazer políticas públicas como também auxiliar na análise de políticas públicas. Para bem explorar o assunto o estudo está fundamentado em uma pesquisa bibliográfica e em um levantamento nas bases de dados ATHENA, CAFE e OÁSISBR realizado no mês de agosto de 2023. Esse artigo trata-se de um recorte da tese de doutorado Ações em Redes de Políticas Públicas no Instituto Federal do Paraná Campus Jacarezinho, que encontra-se em andamento no PPGE/UNESP/Marília e pretende discutir o avanço destas redes e analisar as suas ações na educação. No Brasil este processo de implementação de redes ainda está em estruturação, contudo em algumas áreas tem se desenvolvido mais que em outras. É fundamental compreendermos como essas relações têm se formado para que a partir dela seja possível efetuar proposições e estabelecer estratégias para a formulação e implementação de políticas.

Palavras-chave: Redes de Políticas Públicas, Políticas Públicas, Conceitos, Sistematização.

Abstract:

The present study aims to systematize concepts and analytical references about public policy networks and illustrate how these points of view can help in understanding the relationships between the State and the most diverse actors in the materialization of public policies. Based on the concept that public

policy networks are linked to the interaction of actors around common objectives and/or projects, understanding this process can be both a way of making public policies and also assisting in the analysis of public policies. To explore the subject well, the study is based on bibliographical research and a survey in the ATHENA, CAFE and OÁSISBR databases carried out in August 2023. This article is an excerpt from the doctoral thesis *Ações em Redes de Public Policies* at the Federal Institute of Paraná Campus Jacarezinho, which is underway at PPGE/UNESP/Marília and intends to discuss the advancement of these networks and analyze their actions in education. In Brazil, this network implementation process is still being structured, however in some areas it has developed more than in others. It is essential that we understand how these relationships have been formed so that it is possible to make propositions and establish strategies for the formulation and implementation of policies.

Keywords: Public Policy Networks, Public Policies, Concepts, Systematization.

Introdução

Num cenário de revisão do modo como o Estado produz políticas públicas, surgem, entre outros elementos, as redes de políticas públicas: ora como perspectiva analítica, ora como modelo de produção e gestão de políticas públicas. Ainda que não sejam perspectivas excludentes, neste artigo, o interesse está em caracterizar as redes de políticas públicas numa perspectiva analítica.

As redes de políticas públicas podem ser consideradas uma ferramenta analítica e também uma estratégia de gestão que abrem as portas das instituições, para a participação efetiva de outras organizações, sejam elas outros entes públicos, organizações privadas ou mesmo do terceiro setor, bem como para a própria sociedade civil e para todos aqueles que de uma forma ou de outra tenham objetivos comuns e o interesse em compartilhar conhecimento, experiências, ações e práticas que possam contribuir para o crescimento e evolução de todos que fazem parte do processo formando uma rede de políticas.

Porém para compreender a atualidade da discussão relativa às redes de políticas públicas é fundamental, primeiramente, conceituar política pública, ainda que esteja permeada de imprecisões, polissemias e arbitrariedades (Rua, 2013 & Secchi, 2014). Neste trabalho, conceituamos política pública como:

[...] um conjunto de decisões inter-relacionadas, tomadas por um ator ou grupo de atores políticos, e que dizem respeito à seleção de objetivos e dos meios necessários para alcançá-los, dentro de uma situação específica em que o alvo dessas decisões estaria, em princípio, ao alcance desses atores (Jenkins, 1978 citado por Howlett, Ramesh & Perl, 2013, P. 8).

A falta de consenso na definição de política pública pode ser ilustrada pelo questionamento: “Políticas públicas são elaboradas exclusivamente por atores estatais? Ou também por atores não estatais?” (Secchi, 2014, p. 2). Essa questão demarca disputas entre as abordagens estadocêntrica e multicêntrica, ou seja, no modo como se compreende a formulação das políticas públicas e o papel do Estado e suas relações com o mercado e a sociedade civil.

Com o objetivo geral de sistematizar conceitos e referenciais analíticos, ilustrando como as redes de políticas públicas podem auxiliar na compreensão da relação do Estado com diversos atores, inicialmente apresentamos o conceito de política pública com foco nas decisões tomadas por um ator ou grupo de atores. Muller e Surel (2002, p. 13-17), diante da complexidade material e conceitual da política pública, demarcam três elementos a partir dos quais será possível identificá-la: “uma política pública constitui um quadro normativo de ação; ela combina elementos de força pública e elementos de competência [expertise]; ela tende a constituir uma ordem local”. Esses elementos podem atuar como suporte no processo de análise da política pública. Segundo os autores, os analistas precisam manter-se vigilantes para não aderirem a ideias que concebem a política pública como “um todo coerente, o que não acontece jamais”. Por isso, o analista “deve esforçar-se para colocar à luz as lógicas de ação e em ação as lógicas de sentido no processo de elaboração e de implementação das políticas”.

Segundo Fleury (2005, p. 79), essa formulação relativa ao Estado-rede caracteriza a forma como as políticas são formuladas, “cuja estrutura e funcionamento administrativo assumem as características de subsidiariedade, flexibilidade, coordenação, participação cidadã, transparência, modernização tecnológica, profissionalização dos atores e retroalimentação e aprendizagem constantes”.

Assim, quando um objetivo, projeto, proposta ou problema une esforços entre pessoas ou instituições numa troca mútua de trabalho, interesse ou conhecimento, uma rede está em processo de formação. De tão “natural” que possa parecer esse movimento, as alianças vão se firmando e as pessoas vão se ligando umas às outras. De uma forma mais abrangente, pode-se compreender que a própria sociedade é formada por redes, ou seja, por relações que os seres humanos estabelecem ao longo de suas vidas e que podem ocorrer na família, na escola, na comunidade, no trabalho etc.

A configuração em rede é peculiar ao ser humano, ele se agrupa com seus semelhantes e vai estabelecendo relações de trabalho, de amizade, enfim relações de interesses que se desenvolvem e se modificam conforme a sua trajetória. Assim, o

indivíduo vai delineando e expandindo sua rede conforme sua inserção na realidade social. (Tomaél, Alcará & Di Chiara, 2005, p. 93)

Hamu e Costa (2003, p. 8) explicam o que é e o que não é rede:

A figura da rede é a imagem mais usada para designar ou qualificar sistemas, estruturas ou desenhos organizacionais caracterizados por uma grande quantidade de elementos (pessoas, pontos-de-venda, entidades, equipamentos etc.) dispersos espacialmente e que mantêm alguma ligação entre si. [...] Se antes, na sociedade industrial, os processos de trabalho eram bem representados pela metáfora da máquina (ou do mecanismo), agora o desenho da rede passa a ocupar lugar preponderante no imaginário da sociedade pós-industrial.

A colaboração estabelecida dentro da rede pode levar a transformações importantes nos indivíduos e nas organizações participantes; um membro da rede passa a conhecer o trabalho do outro, suas experiências, seus erros, acertos e, principalmente, a forma como enfrentam suas dificuldades e resolvem seus problemas.

Vários trabalhos de Manuel Castells conceituaram, descreveram e contextualizaram a chamada sociedade em rede, um sistema global que tem uma estrutura em rede. É nessa sociedade em rede que, em meio às transformações mundiais no campo da cultura, da economia e da sociedade em geral, emerge o que nomeou de Estado-rede:

Seria, pois, ‘um novo tipo de Estado, que não é o Estado-nação, mas que não o elimina e sim o redefine. O Estado que denomino Estado-rede se caracteriza por compartilhar a autoridade (ou seja, a capacidade institucional de impor uma decisão) através de uma série de instituições’ (Castells, 1999, p. 148).

Neste trabalho o foco está nas redes de políticas públicas, parte-se do pressuposto de que “[...] quando falamos em políticas públicas, estamos sempre nos referindo às iniciativas sancionadas por governos. [...] Somente as medidas que um governo adote ou endosse [...]” (Howlett, Ramesh & Perl, 2013, p. 7), ainda que atores não estatais influenciem as decisões políticas do governo. Por isso, é fundamental compreender o surgimento da ideia de rede e como pode atuar como um instrumento de análise.

Metodologia

É nesse cenário de revisão do modo como o Estado produz políticas públicas que surgem, entre outros elementos, as redes de políticas públicas: ora como perspectiva analítica, ora como modelo de produção e gestão de políticas públicas. Ainda que não sejam

perspectivas excludentes, neste trabalho, o interesse está em caracterizar as redes de políticas públicas numa perspectiva analítica.

O presente trabalho é um recorte da pesquisa de doutorado que tem como objetivo analisar a implementação da rede de políticas públicas no ensino técnico integrado do IFPR Campus Jacarezinho, de modo a verificar suas contribuições na formação integral dos estudantes. Para tanto será necessário contextualizar o processo de criação do IFPR e as políticas públicas que levaram à implementação do ensino técnico integrado; estudar as ações de redes de políticas públicas na Educação; mapear e caracterizar as redes de políticas públicas do IFPR Campus Jacarezinho para sistematizar se houve contribuições significativas para consecução dos objetivos da Educação Integral no ensino técnico integrado. Considerando que há ainda um longo caminho a ser percorrido para que o ensino técnico integrado cumpra de fato sua função social de combate às desigualdades, contudo, as iniciativas de mudança tais como as redes de políticas públicas na Educação, Pretende-se considerar a sua efetividade comprovada para que outras escolas também façam parte deste movimento de inovação, transformação e democratização da educação.

Especificamente neste trabalho, sistematizamos conceitos e referenciais analíticos sobre as redes de políticas públicas. Em seguida, ilustramos como as redes de políticas públicas podem auxiliar na compreensão da relação do Estado com diversos atores na materialização da Educação Integral.

Por meio de análise bibliográfica e documental, partindo de um levantamento de fontes realizado nas bases de dados Athena, CAFE e Oásis no mês de agosto de 2023 quando foram sistematizados conceitos e aspectos relativos às redes de políticas públicas. Em seguida, ilustramos indicações de autores que encaram as redes de políticas públicas como um fator em expansão no Brasil, principalmente no que se refere a sua implementação na Educação Integral. Independentemente das polêmicas e discussões em torno do assunto, cabe aqui apontar para o fato das redes estarem se tornando realidade e que conhecê-las é fundamental para compreender os processos e torná-los positivos para formação dos estudantes.

Resultados

O conceito de redes de políticas (*policy networks*) está associado a outros conceitos, entre os quais: subsistema de políticas (*policy subsystem*), redes temáticas (*issue networks*) e comunidades de políticas (*policy communities*). À medida que a comunidade acadêmica foi compreendendo o processo de produção das políticas públicas, foi também realizando um esforço conceitual. No subsistema de políticas está embutida a ideia de que

as políticas são produzidas em um ambiente composto por diversas instituições e atores, geralmente reunidos em grupos mais ou menos coesos [...]. Nos subsistemas, esse grupo de atores – que podem ser servidores públicos, grupos de interesse, pesquisadores acadêmicos, membros do Legislativo, representantes de governos locais, entre outros – estabelece redes de relacionamento e utiliza estratégias de persuasão e barganha de forma a privilegiar seus interesses” (Capella & Brasil, 2015, p. 453).

O conceito de redes temáticas surgiu nas contraposições à insuficiência da ideia de triângulo de ferro, na qual há destaque à força e à prevalência de certos atores (Congresso, burocracia, grupos de interesse). Assim, “as redes temáticas envolveriam uma quantidade maior de participantes, que se relacionariam em diversos níveis de comprometimento e dependência”. O elemento que une os atores dessas redes seria “a compreensão compartilhada sobre uma política e seus problemas” (Capella & Brasil, 2015, p. 455).

Capella e Brasil (2005) fazem referência, entre outros, às heranças de Heclo e de Rhodes na construção do conceito de rede de políticas. O conceito de Heclo deu suporte a novas definições no campo de políticas públicas. Capella e Brasil (2005, p. 455-456) destacam inicialmente a perspectiva de Rhodes para explicar a origem da ideia de rede de políticas públicas.

Tal perspectiva, calcada no pluralismo estadunidense, permitiu o desenvolvimento de explicações não apenas sobre o relacionamento entre o Estado e os diferentes grupos que buscam influenciar a produção de políticas públicas, mas também o interesse do próprio Estado em obter apoio desses grupos.

Já o termo comunidade de políticas surgiu no Reino Unido; ora aparece como um tipo ideal de rede (na perspectiva de Rhodes), ora como sinônimo de redes de políticas e, por vezes, em contraposição às redes de políticas (a exemplo de autores como Howlett e Hamesh). Neste último caso, “a diferença básica entre comunidades e redes de políticas públicas reside nas motivações que orientam os relacionamentos entre os atores: o compartilhamento de ideias, no caso das comunidades, e a defesa de interesses, no caso das redes” (Capella & Brasil, 2005, p. 457). Embora essa distinção conceitual não seja

consensual, no campo de análise de políticas públicas o desafio está em “explicar como os relacionamentos que se estabelecem nas comunidades e redes”, como “são formados e como são alterados ao longo do tempo, gerando mudanças nas políticas públicas” (Capella & Brasil, 2005, p. 458).

Klijn (1998, p. 11) explica que os estudos sobre implementação de políticas de enfoque *top-down* passaram a ser criticados por defensores do enfoque *bottom-up*, “centrándose en los actores que interactúan en un problema en particular en el nivel operacional local. Observaron las estrategias de resolución de problemas y las interacciones de una gran cantidad de actores públicos y privados, en un campo de política específico”.

Segundo Zurbriggen (2011, p. 183), “as redes de políticas públicas foram concebidas, no início da década de 1990, como um modelo de intermediação de interesses que permitia uma descrição mais precisa de como se estrutura o processo decisório”. A partir daí, as ações provenientes destes agrupamentos e coletivos proporcionaram uma significativa mudança na estrutura política da sociedade, ligando a natureza altamente interativa dos processos políticos, ao contexto institucional no qual tais processos se desenvolvem.

Conforme Borzel (1997, p. 5), as redes de políticas podem ser vistas como uma forma de intermediação de interesses ou como uma ferramenta analítica.

En la disciplina de política pública, pueden identificarse dos “escuelas” diferentes de policy networks. La más destacable, la “escuela de intermediación de intereses”, interpreta los policy networks como un término genérico de diferentes formas de relaciones entre los grupos de interés y el Estado. La “escuela de gobernación”, por otro lado, concibe los policy networks como una forma específica de gobernación, como un mecanismo para movilizar recursos políticos en situaciones en las que estos recursos están muy dispersos entre los actores públicos y privados.

As discussões relativas ao papel do Estado e ao modo de fazer políticas públicas esbarram numa outra temática que também não está livre de embates: a governança. Secchi (2009, p. 358), ao revisar a literatura, definiu a governança como “modelo horizontal de relação entre atores públicos e privados no processo de elaboração de políticas públicas”, ou seja, há a compreensão de que “diferentes atores têm, ou deveriam ter, o direito de influenciar a construção das políticas públicas”.

Com base na revisão da literatura, Borzel (1997, p. 5) explica que a diferença entre a escola de intermediação de interesses e a escola da governança não é muito clara e seus postulados não são necessariamente excludentes. No entanto, no primeiro caso o conceito de redes de políticas “se aplica a todos los tipos de relaciones entre actores públicos y privados”. No caso da governança, as redes de políticas “sólo caracterizan una forma específica de interacción pública-privada en política pública (gobernación), es decir, aquella basada en la

coordinación no jerárquica”. No entanto, essa defesa não está dissociada de certas prescrições neoliberais.

Em função das mudanças na lógica das relações entre Estado e sociedade civil, estudos empíricos e teóricos produziram vários modelos de análise de políticas públicas. Secchi (2014), ao sistematizar modelos de relação e de prevalência de atores nos processos de políticas públicas, entre outros, apresenta as redes de políticas públicas como “uma estrutura de interações, predominantemente, informais, entre atores públicos e privados envolvidos na formulação e implementação de políticas públicas”. Segundo Muller e Surel (2002), a noção de rede surge como um esquema de interpretação em meio a uma realidade na qual, entre outros aspectos, há transformações nas relações entre Estado e sociedade, maior número de atores políticos envolvidos no processo de decisão política, descentralização e relações público-privadas.

De acordo com Borzel (1997, p. 10), na perspectiva da escola de intermediação de interesses, a rede de políticas é utilizada como ferramenta analítica para compreender as

relaciones institucionalizadas de intercambio entre el Estado y las organizaciones de la sociedad civil, permitiendo un análisis más detallado, al tener en cuenta las diferencias sectoriales y sub-sectoriales, el rol jugado por los actores públicos y privados y las relaciones tanto formales como informales entre ellos. La suposición básica es que la existencia de policy networks, que refleja el estatus relativo de poder de intereses particulares en un área de política, influye (aun cuando no determina) los resultados políticos.

Para Klijn (1998, p. 32), “el análisis de los procesos políticos desde una perspectiva de redes implica que el analista se centra en los patrones de relación entre actores, sus interdependencias y la forma en que esos patrones e interdependencias influyen en el proceso político”. Por isso, segundo Muller e Surel (2002, p. 91)

uma das primeiras tarefas da análise de uma política pública será de identificar os contornos da ou das redes que constituem o campo estudado, de situar os atores (e prioritariamente os que participam nas diversas redes), de analisar os princípios de constituição dos agrupamentos e das lógicas de recorte do setor.

Já para a análise das redes de políticas públicas, Borzel (1997, p. 4) descreve alguns possíveis procedimentos metodológicos que, inclusive, podem ser complementares. Num enfoque quantitativo, é possível partir da análise das estruturas sociais e fazer uso “métodos cuantitativos tales como clasificación jerárquica ascendente, tablas de densidad, block models”. Num enfoque qualitativo, focado nos processos, pode-se utilizar “métodos cualitativos tales como entrevistas en profundidad y análisis de discurso y contenido”.

O termo rede está presente em muitos contextos, áreas e expressões: sociedade em rede, rede de computadores, redes sociais, redes de ensino, rede social de apoio, rede elétrica etc. Ainda que não haja total consenso nas especificidades do conceito, neste trabalho adotamos a definição de Klijn (1998, p. 32), para o qual, como base da revisão da literatura, em resumo: “Las redes de políticas públicas son patrones más o menos estables de relaciones sociales entre actores interdependientes, que toman forma en torno a problemas y/o programas políticos”.

A análise de redes de políticas públicas ainda é recente no contexto brasileiro, sendo possível identificar alguns exercícios empíricos em diferentes áreas. Hamu e Costa (2003, p. 11) associam a formação de redes à própria história dos movimentos sociais e da organização da sociedade civil em defesa dos direitos sociais. Segundo os autores, “uma constelação de redes de ONGs, pessoas e grupos de afinidade em cada uma das áreas da ação política e social humana – educação, saúde, cultura, assistência social, meio ambiente, gênero, defesa de direitos e economia solidária, entre outros – passou a existir”. Para ilustrar esse fenômeno, a autora menciona: o Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - Fórum DCA, criado em 1988; a Associação Brasileira de ONGs - Abong, criado em 1991; a ONG Rede de Informações para o Terceiro Setor - RITS, criada em 1998.

Essas redes pode ser dos “mais variados âmbitos, territórios e campos de ação, em nível local, microrregional, estadual, nacional e internacional, com nomes os mais diversos (entre outros, “fórum”, “articulação”, “movimento”, “coletivo”) e desenhos organizacionais diferentes” (Hamu & Costa, 2003).

Ao tipologizar as redes surgidas nas últimas décadas, Hamu e Costa (2003, p. 52) classificam as redes em: redes temáticas e redes territoriais. “As redes temáticas, como o nome indica, têm num determinado tema, questão, problema ou política, o elemento que justifica a sua organização e em torno do qual gravitam os atores participantes”. A educação ambiental ilustra uma rede temática. Já as redes territoriais “têm num determinado território o ponto comum de aglutinação dos parceiros”; pode ser um Estado, município, bairro, bioma etc. Ações comunitárias num determinado bairro ilustram uma rede territorial.

Maria da Gloria Gohn (2010, p. 15-32), ao apresentar o “redesenho dos movimentos sociais no contexto sociopolítico, econômico e cultural da América Latina” destaca, no âmbito do associativismo, o surgimento dessa nova categoria: rede social.

Rede social passa a ter, na atualidade, para vários pesquisadores, um papel até mais importante do que o movimento social. Sabemos que rede é uma categoria muito utilizada, com diferentes sentidos, constituindo-se até em certo modismo.

Após apresentar o conceito de rede sob diferentes perspectivas e em distintas áreas, a autora defende que as “redes e estruturas associativistas existentes na sociedade civil não devem ser compreendidas como “agentes instrumentais para resolver problemas decorrentes da má distribuição dos serviços sociais públicos”; deve servir, fundamentalmente, “para democratizar a gestão da coisa pública, para se ter controle social e inverter as prioridades das administrações no sentido de [...] políticas que contemplem o crescimento econômico com o desenvolvimento autossustentável das populações atendidas, assim como respeitem os direitos dos cidadãos(ãs)”. (p. 37)

Essa perspectiva é similar à defendida por Fleury (2002, p. 20):

Neste sentido, a democracia é tanto um pré-requisito quanto o resultado da ação das redes de políticas. Ou seja, sem assumir uma visão meramente instrumental das redes de políticas, não podemos também imaginá-las, ingenuamente, como solução para todos os problemas envolvidos no campo das políticas públicas.

Gohn (2010), caracteriza quatro tipos de atores sociopolíticos das redes associativas e de mobilização: os movimentos sociais, as organizações não governamentais, os fóruns e os conselhos. E para Zurbriggen (2011, p.), a análise de rede permite: “identificar los actores, clarificar cuáles son las metas de sus agentes y cómo es usada su influencia política [...], [...] determinar cómo se producen los procesos de intercambio de recursos y de información entre los actores situados dentro de red”. Para isso, quatro dimensões analíticas - baseadas na lógica situacional - são importantes:

1) Actores: con sus preferencias, percepciones y capacidades. 2) Marco institucional: conjunto de reglas constitutivas que delimitan cursos de acción, modos de interacción y resultados deseables. 3) Constelaciones de actores: conjunto de actores que intervienen, sus opciones estratégicas, los resultados asociados con éstas y la percepción que de ellos poseen. 4) Modos de interacción: formas específicas en las que interactúan los actores en determinadas constelaciones situadas en marcos institucionales específicos. (Scharpf, 1997, citado por Zurbriggen, 2011, p. 195-196)

Ao desmistificar as redes de políticas públicas e as consequências que as parceria público privado podem proporcionar, cabe aqui então, voltar o conceito e a aplicação das redes de políticas públicas para Educação, uma vez que elas podem contribuir para a consolidação da cidadania e para o atendimento das demandas de estudantes, famílias e da comunidade acadêmica.

Conforme já citado anteriormente, o processo de redes de políticas públicas tem sido um importante instrumento de gestão que vem sendo usado com resultados muito interessantes em diversas áreas como saúde, assistência social, informática, na gestão de cidades e também em ações de desenvolvimento regional. Contudo na Educação esta ferramenta ainda não tem sido vista como uma aliada principalmente para trazer inovação e agilidade aos processos.

Conclusão

Em diferentes contextos nacionais e internacionais é possível identificar redes de políticas públicas em distintas áreas, inclusive no campo da educação. No contexto da Reforma do Estado e diante da disseminação de prescrições neoliberais, a temática das redes de políticas gera muitas discussões, principalmente, por pressupor a participação de atores não estatais nas políticas públicas.

No Brasil a implementação de redes de políticas públicas ainda encontram-se num processo praticamente embrionário, a literatura, os registros e análises são poucos, autores como: Sonia Fleury, Klaus Frey, Mariana Pfeifer, Maria Inês Tomaél, Adriana Rosecler Alcará, Ivone Guerreiro Di Chiara, Cláudia da Mota Darós Parente, Hermínio Santos, Talita Prada, Maria Lúcia Teixeira Garcia, dentre outros têm explorado o conceito de redes de políticas dentro de seus estudos em áreas específicas, tais como de tecnologia, informática, educação, saúde, assistência social e jurídica. Estudos estes que vêm estruturados a partir de autores internacionais como Manuel Castells, Tanja Borzel, Hugh T. Miller, Cristina Zurbriggen, Patrick Kenis, Eric Hans Klijn assim como vários outros pesquisadores da área da Administração.

Porém, sem dúvidas, existe uma grande movimentação quanto a implementação de redes de políticas públicas, principalmente em áreas como da saúde, assistência social, desenvolvimento regional e tecnologia, que tem encontrado na formação de redes, uma alternativa para solucionar problemas em que o Estado encontra grandes dificuldades em prover todos os recursos necessários à formulação e implementação de políticas públicas.

Considerar as redes de políticas públicas como um instrumento analítico justamente para visualizar as relações estabelecidas pelo Estado, é fundamental para compreendermos como essas relações podem efetuar proposições e estabelecer estratégias para a formulação e

implementação de políticas, de modo que o processo se torne cada vez mais democrático e represente mudanças efetivas na ampliação de oportunidades de educação integral, na qualidade da educação escolar e no desenvolvimento de uma sociedade mais humana e mais justa.

Referências

BORZEL, Tanja A. ¿ Qué tienen de especial los policy networks?: explorando el concepto y utilidad para el estudio de la gobernación europea. **Redes verdes de transformación territorial y social**, 1997.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt; BRASIL, Felipe Gonçalves. **Subsistemas, comunidades e redes: articulando ideias e interesses na formulação de políticas públicas**. Revista do Serviço Público Brasília, v. 66, n. 3, p. 449-474, jul./set. 2015.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede** . São Paulo: Paz e terra, 2005.

FLEURY, Sônia. **Redes de políticas: novos desafios para a gestão pública**. Revista Administração em Diálogo, v. 7, n. 1, p. 77-89, 2005.

HAMU, D.; COSTA, L. **Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização**. Brasília (DF): WF Brasil, 2003.

IFPR. INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023** Curitiba: IFPR, 2020.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M; PERL, Anthony. **Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KLIJN, Erik. **Redes de políticas públicas: una visión general**. Managing Complex Networks, v. 18, 1998.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. **A Análise das Políticas Públicas**. [Traduzido por] Agemir Bavaresco, Alceu R. Ferraro. Pelotas: Educat, 2002.

PARENTE, Cláudia da Mota Darós. **Políticas de ampliação da jornada escolar: fundamentos e proposições**. Roteiro, Joaçaba, v. 45, 2020.

RUA, Maria das Graças. **Para Aprender Políticas Públicas**. Brasília, DF: IGEPP, 2013.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

TOMAÉL, Maria Inês; ALCARÁ, Adriana Rosecler; DI CHIARA, Ivone Guerreiro. **Das redes sociais à inovação.** Ciência da informação, v. 34, p. 93-104, 2005.

ZURBRIGGEN, Cristina. **A utilidade da análise de redes de políticas públicas.** Argumentos (México, DF) , v. 24, n. 66, p. 181-209, 2011.